



ID: 117295151

22-05-2025

PAÍS
POSSÍVEL

Eleições 2025



POR

**Maria de Lurdes
Rodrigues**

Professora universitária

O padrão das eleições de 2025 era já evidente nas eleições anteriores: dispersão de votos por um maior número de partidos, crescimento da extrema-direita e dificuldades na formação de maiorias por acordo parlamentar ou governamental. O que deixou muitos de nós admirados foi a consolidação deste padrão.

Um Parlamento mais fragmentado exige, para a formação de governos e a estabilidade dos programas, capacidade para estabelecer acordos. O que já era evidente nas eleições de 2015 tornou-se vital para a sobrevivência da democracia. Esta não se esgota na contagem dos votos, concretiza-se na conciliação de posi-

ções, na identificação de pontos de convergência, na negociação das cedências que cada partido pode aceitar. Em Portugal, tem faltado capacidade não apenas para fazer mudanças como para estabilizar as políticas públicas e as instituições e ser mais exigentes com o seu funcionamento.

Em 2015, o presidente Cavaco Silva, para dar posse ao primeiro-ministro indicado por um partido que não tinha obtido o maior número de votos, exigiu um acordo parlamentar escrito – o Governo durou quatro anos. Nas eleições de 2019, o presidente Marcelo Rebelo de Sousa não exigiu nada para nomear o primeiro-ministro indicado por um partido sem maioria parlamentar – o Governo durou dois anos. Em 2022, o presidente deu posse a um Governo suportado numa maioria parlamentar, mas depois obrigou a que tal maioria se esboçasse por razões difíceis de aceitar. Em 2024, o presidente voltou a dar posse a um primeiro-ministro indicado por uma

aliança de dois partidos minoritários, sem salvaguardar a necessidade de um acordo parlamentar mais alargado – o Governo durou um ano. Em 2025, espera-se que o presidente não fuja às suas responsabilidades, deixando o país entregue a negociações improvisadas e pouco transparentes.

No meu artigo sobre as eleições de 2024, e confrontada com o crescimento do Chega, terminava perguntando: como vai a democracia, baseada nos valores da liberdade, da igualdade e do pluralismo, apoiada por mais de 80% dos eleitores, sobreviver a esta força bruta que apela ao que há de pior na natureza humana? A resposta, na minha opinião, é simples. A democracia sobrevive se os partidos democráticos se abrirem ao diálogo e à negociação de soluções políticas, à sementeira do que se passa em muitos países da Europa. Diálogo, negociação, tolerância, cedência de posições, salvaguarda dos princípios fundamentais constitucionalmente consagrados.

Em Portugal, tem faltado capacidade não apenas para fazer mudanças como para estabilizar as políticas públicas e as instituições e ser mais exigentes com o seu funcionamento.